

# ADUNIOESTE

**SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE**

(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

## ASSEMBLÉIA DE DOCENTES REAFIRMA: NEGOCIAÇÃO SALARIAL, JÁ!

Na assembléia de docentes ocorrida no dia 10/02/2005, quinta-feira, ao se tratar da campanha salarial para 2005, os presentes reafirmaram a necessidade de se apostar na capacidade de unidade e luta dos trabalhadores das IEES e de suas entidades representativas, por intermédio do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná, a partir da organização e mobilização voltadas para a instauração de um efetivo processo de negociação com o governo estadual, sem perder de vista a possibilidade da construção da greve como caminho para a reposição salarial.

Independentemente dos boatos em curso e das articulações do governo para desmobilizar os trabalhadores das IEES, deslegitimar o Comitê Estadual e enfraquecer sua capacidade reivindicativa, a assembléia aprovou o encaminhamento apresentado pela diretoria da Adunioeste e acatado pelo Comitê Estadual de que é necessário forçar ao extremo a instalação de um efetivo processo de negociação entre o governo estadual e as entidades sindicais, de modo a garantir o maior índice possível de reajuste salarial, considerando perdas atuais e passadas e se pautando nos seguintes princípios: a) reajuste salarial efetivo (incorporado ao salário); b) paridade do reajuste para os aposentados; c) equidade entre as classes (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular).

Além da questão salarial, a assembléia de docentes discutiu e deliberou sobre os principais temas que serão tratados no 24º Congresso do ANDES-SN, que ocorrerá no período de 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, em Curitiba. Como principais decisões pode-se destacar a indicação da maioria absoluta dos presentes pela desfiliação do ANDES-SN da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela reafirmação da necessidade de fortalecimento da oposição do movimento docente ao processo da reforma universitária em curso. Os delegados da Adunioeste eleitos na assembléia para participarem do 24º Congresso foram os docentes Sandra Walmsley (Toledo/Titular), Luiz César (Beltrão/Titular) e João Carlos da Silva (Cascavel/Suplente). Em breve, outras informações sobre o encontro.

Ainda na assembléia, os docentes foram informados que a Adunioeste está aguardando a decisão judicial sobre a ação trabalhista referente à promoção de classe de docentes em estágio probatório. Estão sendo envidados esforços para que tal decisão ocorra o mais breve possível, fato que irá beneficiar a **todos os docentes da Unioeste enquadrados na situação** que é objeto da ação, sem ônus para os mesmos.

# COMITÊ EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR SE REUNIU EM CASCAVEL

No dia 11 de fevereiro de 2005, sexta-feira, o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná realizou, em Cascavel, a sua primeira reunião do ano. Estiveram presentes representantes das seguintes universidades: UEL (Aduel), UEM (Sinteemar e DCE-UEM), UEPG (Sintespo), UNICENTRO (Adunicentro e Sintesu) e UNIOESTE (Adunioeste, Sinteoeste, DCE-Unioeste/Cascavel e DCE-Unioeste/Marechal Rondon).

Veja as principais deliberações, extraídas do informativo do Comitê:

1. Solicitação de esclarecimentos ao Sinteemar sobre o fato da entidade integrar o Comitê e estar negociando em separado com o governo estadual parte da pauta de reivindicações.
2. Encaminhamento de solicitação de audiência com o secretário Aldair Rizzi, em Curitiba, para o dia 23 de fevereiro de 2004, para tratar da pauta de reivindicações dos servidores das IEES: reajuste salarial e PCCS dos servidores técnico-administrativos. Na ocasião, além da cobrança de realização de concurso público para as IEES, serão reafirmados os seguintes princípios: reajuste salarial unificado e efetivo (incorporado ao salário), paridade para os aposentados e equidade entre as classes (Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado e Titular).
3. No dia 16 de abril de 2005, em Maringá, o Comitê irá promover um Encontro Estadual contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária. Novas informações serão divulgadas em breve.
4. A Coordenação do Comitê funcionará em forma de rodízio, de modo que a cada reunião se definirá a entidade responsável pelos encaminhamentos das deliberações do coletivo. Até o dia 12 de março de 2005, quando ocorrerá a próxima reunião ordinária do Comitê, em Ponta Grossa, a coordenação ficará a cargo da Adunioeste.

---

## ANO LETIVO TERÁ INÍCIO COM FALTA DE DOCENTES: DE NOVO!!!!

Apesar da autorização para a contratação de docentes temporários divulgada no dia 16 de fevereiro passado, o ano letivo de 2005, a exemplo de anos anteriores, permanecerá com déficit de professores até que se conclua todos os procedimentos necessários ao processo, que vai desde a divulgação das vagas, até a assinatura dos contratos.

Segundo a Agência de Notícias do Governo Estadual, a Seti dividiu as horas autorizadas da seguinte forma: 5.608 para a UEL; 5.550 para a UEM; 1.672 para a UEPG; 2.863 para a Unicentro; 5.134 para a Unioeste e 6.684 para as doze faculdades estaduais.

No caso da Unioeste, a carga horária autorizada para contratação corresponde a cerca de 128 professores RT 40, número que fica abaixo da necessidade efetiva da instituição, que é de 150 docentes.

Além da divulgação da autorização do governador, a Agência Estadual de Notícias informa, ainda, que está prevista para o final de abril a conclusão do processo relativo à regularização de cerca de 17 mil cargos nas universidades e faculdades estaduais. Quanto ao assunto, o secretário Aldair Rizzi afirmou que "Feito isso, poderemos pensar em concurso público".

O chamado processo de regularização dos cargos públicos nas IEES do Paraná, exigência do Tribunal de Contas, vem sendo utilizado pelo Governo Estadual como "justificativa" para a não realização de concurso público como forma de contratação de servidores técnicos e docentes nas universidades paranaenses. **Na verdade, a não realização de concurso público se associa a outras medidas do Governo Requião que acabam por agravar, cada vez mais, as condições de trabalho dos servidores das IEES.** Senão, vejamos: **o desrespeito à data-base; a precarização das formas de contratação de professores temporários; a intensificação do trabalho; o arrocho salarial; a restrição orçamentária; o Decreto 2.807, de 13 de abril de 2004, revogado pelo seu descabimento e afronta à autonomia universitária por prever, entre outros, o controle do governo sobre a opção funcional pelo regime de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE); as planilhas da Seti evidenciando estudos de ampliação da carga horária de ensino, em detrimento das atividades de pesquisa e extensão (o que, de fato, vem ocorrendo); a proposta de contratação de profissionais em regime especial em caso de movimentos grevistas; etc.**

**CONCURSO, SIM! COBRIR AULAS, NÃO!**